

**A EDUCAÇÃO LITERÁRIA LGBTQIAPN+ E SUA VISIBILIDADE NO ENSINO
MÉDIO**

Geraldo Santos de Santana
Lucas dos Santos Barbosa
Matheus Silva Sandes
Nivea Damasceno Pereira
Liliane Vasconcelos de Jesus

RESUMO

O presente trabalho busca investigar o uso da literatura LGBTQIAPN+ nas aulas de Língua Portuguesa de professores e professoras do Ensino Médio que lecionam em escolas públicas de Salvador e Região Metropolitana do estado da Bahia. Para tanto, a partir de um estudo de caráter qualitativo/quantitativo, buscou-se referenciar experiências relatadas pelos docentes com base em indicadores de desafios e possibilidades sobre o tema evidenciados a partir do levantamento de dados, coletados por meio de questionário disponibilizado durante os meses de agosto e outubro de 2024. Os resultados indicam uma aplicação alarmantemente baixa de narrativas literárias LGBTQIAPN+ nas aulas, com 82,6% dos professores relatando não realizar atividades relacionadas ao tema, destacando a necessidade urgente de mudanças nas práticas pedagógicas para promover uma educação mais inclusiva e diversa.

Palavras-chave: Literatura LGBTQIAPN+. Educação. Gênero. Sexualidade. Ensino de literatura.

1. INTRODUÇÃO

Ao conceber o presente trabalho, a escolha do tema se ancorou nas discussões desenvolvidas no âmbito da disciplina de 'Literatura Contemporânea' e 'Gênero, Sexualidade e Direito', integrada à ementa curricular do curso de letras da Universidade Católica do Salvador. A partir dessas disciplinas e das reflexões promovidas em sala, emergiu a motivação para o desenvolvimento da pesquisa, resultando em um conjunto de reflexões que atravessam a complexa tessitura da produção literária, em especial, a literatura que dá voz a corpos dissidentes e incomodam por existir.

A inclusão de escritores e escritoras não cis-heteronormativos no currículo escolar é um tema bastante vigiado na educação brasileira. Neste âmbito, este trabalho tem como objetivo geral analisar como os docentes operam com a literatura de diversidade sexual e de gênero e se autores e autoras dessa literatura estão sendo abordados no Ensino Médio público de Salvador e da Região Metropolitana.

Assim, os objetivos específicos da presente pesquisa possibilitaram investigar se a literatura que não cabe no binarismo é trabalhada no Ensino Médio diurno, assim como analisa se as políticas educacionais e diretrizes curriculares permitem e possibilitam que professores da Língua Portuguesa trabalhem a diversidade e inclusão de escritores e escritoras da pluralidade identitária no Ensino Médio. Além disso, analisa também o impacto da invisibilidade dos escritores e escritoras não-heterossexuais no Ensino Médio e na representatividade e diversidade literária.

Nesse viés, parte dos pesquisadores deste trabalho compõem a comunidade LGBTQIAPN+ e compartilham vivências atravessadas por discriminações relacionadas à sexualidade, o que contribui para um olhar sensível e comprometido com a inclusão e equidade no espaço escolar. Em um contexto marcado por altos índices de violência contra essa população, especialmente na Bahia, os educadores enfrentam a tarefa de introduzir a literatura sexual e de gênero diversa ao currículo escolar de forma crítica e emancipatória.

Em 2022, o Brasil registrou 242 mortes violentas de populações vulnerabilizadas por orientação sexual e identidade de gênero, com a Bahia liderando o ranking com 32 mortes. No ano de 2023, esse número aumentou para 257 mortes no país, e a Bahia caiu para a quarta posição, contabilizando 22 mortes, atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Embora tenha havido uma diminuição no número de casos em relação ao ano anterior, a Bahia continua sendo o estado mais afetado do Nordeste pela violência contra a população LGBTQIAPN+. O que demonstra a persistência de um cenário alarmante em relação à homotransfobia na região. A relevância deste estudo está em promover visibilidade e combater preconceitos ao incluir diversas representações sociais no currículo escolar, refletindo as múltiplas identidades presentes na sociedade atual e contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais diversos e respeitoso.

A metodologia desenvolvida é de caráter quali-quantitativo e contou com a produção de um questionário, assim como foi revisado e refinado para garantir que

as perguntas fossem claras e pertinentes aos objetivos da pesquisa, composto por 17 questões objetivas e 2 perguntas abertas. O trabalho foi conduzido em dez escolas de Ensino Médio público, distribuídas pelos bairros de Boa Viagem, Cabula, Cajazeiras, Castelo Branco, Cristo Rei, Dendezeiros do Bonfim, Mata Escura, Pernambués e Pituba, nas cidades de Salvador e Simões Filho. As escolas incluídas no estudo foram selecionadas com base na disponibilidade para participação, das quais apenas sete aceitaram. O foco da amostra foram educadores que lecionam nas disciplinas de Língua Portuguesa, Literatura e Redação.

A elaboração do documento foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e aprovado segundo as normas estabelecidas para pesquisas com seres humanos. Por isso, o 'Termo de Consentimento Livre e Esclarecido', o 'Documento de Confidencialidade', foram essenciais para mitigar possíveis resistências ao tema abordado.

Como contrapartida, foi construída uma cartilha de autores e autoras LGBTQIAPN+, contendo 30 obras com sinopses de escritores e escritoras brasileiros. A proposta foi oferecer aos docentes um material atualizado para o desenvolvimento de práticas docentes com repertório literário sobre temas de diversidade, gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Convidamos os leitores a percorrer estas páginas para explorar os desafios e as potencialidades da inclusão da literatura LGBTQIAPN+ no Ensino Médio.

2. EXPERIÊNCIAS QUE EDUCAM: DA TEORIA À PRÁTICA

Até 2025, a Política Nacional de Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017) reformulou a distribuição das grades horárias e das disciplinas do nível médio da educação brasileira. Implementada inicialmente em 2017 e passando por revisões até ser estabelecida em 2024 (Lei nº 14.945/2024), a nova legislação revisitou discussões sobre a infraestrutura escolar inadequada, a formação insuficiente de professores e a diminuição do espaço para disciplinas convencionais. Entre os impactos mais discutidos, está a redução da carga horária de Literatura no Ensino Médio na Bahia, uma consequência direta do Novo Ensino Médio (NEM).

Consoante o PLIBA (Plano de Implementação do Novo Ensino Médio da Bahia) e o PAIFBA (Plano de Ação para Acompanhamento da Implementação de Itinerários Formativos da Bahia), o NEM (Novo Ensino Médio) prevê 2.400 horas

para disciplinas obrigatórias e 600 horas para optativas, o que, na prática, reduz o espaço dedicado a áreas como a Literatura. Essa redução prejudica a abordagem de temas essenciais para o desenvolvimento crítico e cultural dos alunos, incluindo temáticas de diversidade, como a literatura LGBTQIAPN+.

O NEM não menciona explicitamente os temas de diversidade de gênero e sexualidade. Ela fala de carga horária mínima aumentada e a criação de itinerários formativos. Esses temas podem ser abordados indiretamente através da Base Nacional Comum Curricular. No entanto, a abordagem de temas como diversidade de gênero e sexualidade ainda é sutil ou genérica, ficando a cargo de cada escola ou professor decidir como deve ou não tratar desses conteúdos.

Questionados sobre a atuação no ensino médio, os professores revelam que 78,3% deles lecionam no 3º ano do Ensino Médio Regular, 56,5% no 2º ano e 47,8% no 1º ano. No Ensino Médio Integrado, os percentuais são mais baixos: 26,1% no 1º ano, 13% no 2º ano e 0% no 3º ano. No Ensino Técnico, apenas 4,3% lecionam no 1º e 2º ano, enquanto 4,3% atuam também no Ensino Superior. Esses dados mostram que a maioria dos professores estão concentrados no Ensino Médio regular, onde a redução da carga horária de Literatura pode ser mais impactante.

Além disso, 69,6% dos professores relataram ministrar aulas de Literatura, enquanto 30,4% afirmaram não ter essa experiência. Esse dado sugere que, apesar da maioria estar envolvida com o ensino da disciplina, uma parcela significativa não está. Essa realidade se torna ainda mais preocupante ao observar que 78,3% dos professores possuem mais de 12 anos de experiência, o que pode representar resistência à inclusão de novas abordagens devido à formação anterior limitada nesse campo. Em contraste, 8,7% dos professores têm de 8 a 12 anos de experiência, 4,7% de 4 a 8 anos e 8,7% de 1 a 4 anos.

A atividade pedagógica desses professores, por sua vez, também enfrenta desafios significativos. Segundo a pesquisa, 82,6% dos professores não realizaram nenhuma atividade pedagógica voltada a essa temática, enquanto apenas 17,4% aplicaram obras com conteúdo LGBTQIAPN+ em suas aulas. Nesse sentido, Antônio Candido (1988) em seu texto “O direito à literatura”, salienta que a literatura é necessidade de vida, uma vez que:

[...] a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e

afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma, nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas (Candido, 1988, p. 113).

Observa-se que a redução da carga horária de Literatura não só compromete a formação humanística dos alunos, mas também o desenvolvimento de competências socioemocionais, como a empatia e o respeito às diferenças, características essenciais para um ambiente educacional e social mais inclusivo e diverso. Afinal, como afirmou o referido autor, “a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável” (1988, p. 126), sendo este um pressuposto fundamental do respeito aos direitos humanos.

O contato e a percepção com esta literatura são elementos fundamentais para entender a abordagem da diversidade sexual no ambiente escolar. Como exemplo, a pesquisa de Lara Costa Barreto e João Diógenes Ferreira dos Santos, *Com Quantas Cores se Faz uma Docência? Desvelando a Homofobia no Espaço Escolar* (2021), analisa as posições educacionais dos professores em Vitória da Conquista–BA, questionando a falta de discussão sobre diversidade sexual nos currículos de literatura e a falta de preparação dos docentes. O gráfico abaixo revela que 78,3% dos professores afirmaram não ter tido esse contato, enquanto apenas 17,4% relataram ter tido acesso, e 4,3% afirmaram não se lembrar se tiveram.

Em relação à aquisição de livros, os dados revelam que 78,3% dos professores não obtiveram nenhum livro LGBTQIAPN+ no último ano. Apenas 17,4% consumiram de 1 a 4 livros e 4,3% de 4 a 10 livros. Nenhum docente consumiu mais de dez desses livros. Esses resultados podem ser atribuídos a vários fatores, dentre eles: o custo, o acesso, às prioridades, o tempo, a variedade de recursos e a necessidade. A categorização das respostas em “nenhum livro”, “1 a 4 livros” e “4 a 10 livros” sugere que a maioria dos professores estão se limitando a uma quantidade mínima de obras, o que reforça a ideia de que esta literatura não é uma prioridade em suas bibliotecas pessoais ou profissionais. A ausência de aquisição de mais de 10 desses livros entre os professores aponta para uma falta de familiaridade e compromisso com essa literatura, o que denuncia que possa ter repercussões significativas na formação de um novo ambiente educacional inclusivo e diverso.

Nesse panorama, a frequência de leitura às obras da literatura LGBTQIAPN+ revela que 56,5% dos professores nunca leram esse tipo de material. Além disso, 13% afirmaram ler esse tipo de obra, enquanto 30,4% relataram uma leitura esporádica. A falta de respostas indicando “raramente” pode refletir uma escolha dos docentes por respostas mais objetivas, como “não” ou “pouco”, em vez de algo que seja muito infrequente e, portanto, irrelevante para suas práticas pedagógicas. Essa distribuição de respostas, quando analisada com os outros dados, aponta para uma forte conexão entre a formação docente e a inclusão dessa temática nas práticas educacionais.

Nesta confluência, os três dados em conjunto revelam uma clara conexão entre a formação docente e a inclusão desta temática. A grande maioria dos professores não teve contato com essa literatura durante sua formação, o que, por consequência, impacta negativamente sua frequência de leitura e aquisição de livros relacionados a essas questões. As razões que podem ser associadas a esta baixa adesão de obras podem ser a falta de formação adequada, o preconceito e o estigma, a falta de incentivo institucional, o desconhecimento do mercado literário, o custeio, ou a sobrecarga e a falta de tempo. Dessa forma, Libâneo (1985, p. 137) destaca que:

“O trabalho docente deve ser contextualizado histórica e socialmente, isto é, articular ensino e realidade. O que significa isso? Significa perguntar, a cada momento, como é produzida a realidade humana no seu conjunto; ou seja, que significado têm determinados conteúdos, métodos e outros eventos pedagógicos, no conjunto das relações sociais vigentes”.

Isso nos lembra que, ao não abordar a literatura LGBTQIAPN+ na formação docente, o ensino fica desconectado das realidades sociais mais amplas, limitando a inclusão de questões essenciais no cotidiano escolar. Podemos inferir que o consumo de obras LGBTQIAPN+ entre os docentes continua muito baixo, refletindo uma falta de familiaridade e engajamento com essa temática em suas práticas profissionais e pessoais.

Cabe mencionar que o artigo produzido por Ana Almeida e Rosangela Soares (2021), “Narrativa de mulheres lésbicas sobre as vivências no cotidiano e no período escolar”, busca analisar como mulheres homossexuais se “desenvolveram” no período em que estudavam e como as escolas implicaram positiva ou negativamente

no seu processo de desconstrução e descoberta. A partir disso, são as discussões sobre gênero e sexualidade que permitem formar cidadãos aptos a reconhecer seu corpo, bem como a respeitar as diferenças e proteger aqueles que não têm conhecimento dos seus direitos. A importância de ter trabalhado com os docentes neste tipo de literatura é crucial porque eles contribuem para a formação dos valores dos alunos. Afinal, como formadores de indivíduos, sua atuação influencia diretamente a percepção dos discentes sobre a diversidade, respeito, empatia e justiça, possibilitando discussões críticas e reflexivas.

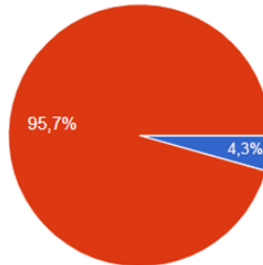
A dissertação de Vanessa Rita de Jesus Cruz, *Ensino de Literatura Infantil e Juvenil e Diversidade Sexual: Perspectivas e Desafios para a Formação de Leitores na Contemporaneidade* (2014), também aborda como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) influenciam a literatura LGBTQIAPN+ e a formação cidadã, ressaltando a invisibilidade da diversidade sexual nas escolas. Assim, quando perguntados sobre a inclusão de temas de gênero e sexualidade no PPC, 73,9% dos professores afirmam que esse tema não está presente nos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) de suas escolas, enquanto 26,1% afirmam que os temas de gênero e sexualidade são incluídos. Isso indica que a maioria das escolas ainda não abordam essas questões de maneira formal em seu currículo, sugerindo uma carência na inclusão desses tópicos na Educação Básica.

Na tese intitulada “Terror Sexual: Gênero e Sexualidade nas Narrativas de Cassandra Rios (1950-1980)”, de Mariana Souza Paim (2024), a pesquisadora buscou explorar as obras da referida escritora brasileira, cujo trabalho foi frequentemente marginalizado e censurado devido ao conteúdo homoerótico e à representação de gênero e sexualidade. No capítulo intitulado como Políticas da invisibilidade, Paim examina as estratégias que mantiveram vozes como a de Rios fora dos espaços literários dominantes. Ela argumenta que essa invisibilidade não é acidental, mas resultado de políticas culturais e institucionais que suprimem narrativas LGBTQIAPN+ e as percebem como ameaçadoras à moralidade vigente. Sem um apoio formal ou curricular que legitime e incentive a discussão de gênero e sexualidade, é provável que esses assuntos continuem marginalizados como vem sendo demonstrado com a formação dos professores.

Por fim, questionados também sobre a presença dessa literatura no ambiente escolar, mais de 95,7% dos educadores afirmam não perceber que ela é abordada

em suas escolas, enquanto apenas 4,3% relatam alguma visibilidade dada a esses escritores.

Gráfico 1 - A visibilidade da Literatura LGBTQIAPN+ no ambiente escolar



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

O gráfico acima pode indicar que o Estado da Bahia, assim como o Brasil, ainda enfrenta desafios para implementar as Orientações Técnicas Internacionais de educação em sexualidade - uma abordagem baseada em evidências da UNESCO, para a Agenda 2030 para a Educação Global. Esses desafios parecem refletir fragilidades no cumprimento dos compromissos assumidos perante a comunidade internacional e os princípios estabelecidos, o que impacta diretamente a visibilidade e a abordagem desta literatura nas escolas. Embora seus dados sejam restritos a Bahia, consideramos que essa realidade pode ser semelhante às outras regiões do país, sugerindo um vazio formativo que contribui para uma educação que ainda não integra plenamente as diversidades existentes na sociedade. Quando essas temáticas não fazem parte dos currículos formais, os professores podem sentir-se despreparados ou desmotivados para tratar desses assuntos, o que agrava a resistência, a representatividade e a diversidade literária, além do tardio desenvolvimento de materiais que abordem a diversidade sexual no ensino básico.

2.1 OBSTÁCULOS E CAMINHOS: UM PANORAMA DE DESAFIOS E SOLUÇÕES

Interpelados sobre os impedimentos da abordagem da Literatura LGBTQIAPN+ na sala de aula, nos é revelado um percentual de resposta decrescente. Cerca de 41,2% dos professores apontaram a falta de conhecimento. Esse dado é fundamental, pois destaca que muitos educadores se sentem inseguros e despreparados academicamente para tratar o assunto, reforçando a necessidade de formação continuada e materiais pedagógicos que ofereçam suporte teórico e prático.

A segunda maior barreira mencionada se dá pelo medo de repressão ou censura, relatado por 23,5% dos professores. Esse dado é muito significativo no contexto escolar, pois reflete um receio de sofrer retaliações institucionais ou da comunidade (alunos, pais ou gestores). Esse cenário evidencia uma barreira institucional que limita a liberdade pedagógica dos professores e pode estar relacionado a questões políticas e culturais, no qual o ambiente escolar pode não ser receptivo ou mesmo hostil à inclusão dessa literatura.

Cerca de 11,8% dos professores apontam ter dificuldades pessoais com o tema de gênero e sexualidade, pois envolve contextos sociais, jurídicos e religiosos. Além disso, 17,6% mencionam que não se sentem preparados para trabalhar a literatura LGBTQIAPN+. Essa categoria pode estar ligada à falta de formação e apoio pedagógico, ou seja, embora os professores reconheçam a importância do tema, sentem despreparo para lidar com ele adequadamente.

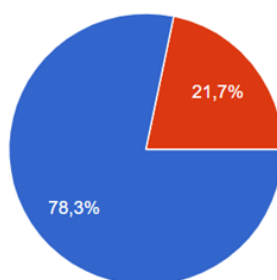
Embora as categorias “Tipo de pergunta” (0%) e “Não tenho interesse” (5,9%) tenham sido menos representativas no gráfico em termos percentuais, elas ainda são importantes e merecem atenção por seu impacto qualitativo. Esses grupos podem estar lidando com dúvidas ou questionamentos complexos feitos pelos alunos, o que pode gerar insegurança e falta de resposta. Além disso, embora o grupo de professores que alegam falta de interesse em abordar essa literatura seja pequena (5,9%), essa barreira pode ter consequências graves, pois o desafio exige não apenas uma formação adequada, mas também iniciativas de conscientização que mostrem a importância de trabalhar com temas de diversidade para a formação cidadã dos alunos.

Sobre isso, o ministro Roberto Barroso (2013), do governo Dilma Rousseff (2011-2016), menciona que:

“A educação é o principal instrumento de superação da incompreensão, do preconceito e da intolerância que acompanham tais grupos ao longo das suas vidas. É o meio pelo qual se logrará superar a violência e a exclusão social de que são alvos, transformar a compreensão social e promover o respeito à diferença. Impedir a alusão aos termos gênero e orientação sexual na escola significa conferir invisibilidade a tais questões.” [ADPF 600, rel. min. Roberto Barroso, dec. monocrática, j. 12-12-2019, DJE de 17-12-2019.]

Segundo os estudos de Gabriel Couto e Diógenes Coutinho (2023), a representação das identidades dos alunos possibilita a investigação de suas percepções e experiências. Isto é, a combinação dessas barreiras tem um impacto direto na formação dos alunos, que são privados de ter acesso a uma literatura que reflete a pluralidade de identidades presentes na sociedade. Como resultado, não veem suas experiências refletidas nos materiais pedagógicos, o que pode fazer com que eles venham a se sentir excluídos ou invisíveis.

Gráfico 2 - Disposição da abordagem da Literatura LGBTQIAPN+



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Este gráfico mostra que a maioria dos respondentes, 78,3%, está disposta a abordar obras do cunho LGBTQIAPN+ na sua prática pedagógica, ao contrário dos 21,7% dos docentes que demonstram desinteresse em abordá-los. Em comparação ao Gráfico 4, apenas 4,3% concebem a percepção da importância de inclusão desses temas, revelando uma grandiosa discrepância dos dados. Para complementar essa perspectiva, os pesquisadores, Alex Barreiro e Fernando Martins, no seu artigo Bases e fundamentos legais para a discussão de gênero e sexualidade em sala de aula (2016) afirmam que:

“A defesa da inserção dos estudos de gênero na educação básica brasileira visa não meramente propiciar a livre manifestação de gênero, mas também desenvolver a longo prazo um trabalho de construção da equidade de direitos, partindo das diferenças das identidades e/ ou dos papéis de gênero. Assim, os valores hierárquicos historicamente herdados do patriarcado e que operam para a permanência das desigualdades entre homens e mulheres e entre as atividades masculinas e femininas seriam, pouco a pouco, destituídos do espaço da educação institucional” (Barreiro; Martins, 2016, p. 97).

Isto é, os estudos de gênero na Educação Básica não se limitam a permitir a livre expressão de gênero, mas também buscam, aos poucos, construir uma

sociedade mais justa. Com o tempo, essa abordagem pretende desfazer desigualdades históricas impostas pelo patriarcado, transformando a escola em um lugar onde valores de equidade podem ser cultivados e reforçados.

Os dados revelam uma dissonância entre o saber e o fazer no contexto da abordagem desta literatura, com uma resistência passiva ou velada. Isso revela que há 17,4% dos professores que, apesar de compreenderem a relevância da literatura para a cidadania e igualdade, não se sentem aptos e dispostos a implementá-la.

Essa diferença pode ser atribuída a diversos fatores: a resistência institucional; a falta de preparo; o medo de retaliação; os preconceitos; a percepção de relevância; às experiências pessoais; a falta de conhecimento ou desconforto com questões de gêneros e orientação sexual, e o desconhecimento da importância em relação à promoção da cidadania e igualdade. Quando professores evitam ou omitem discussões sobre gênero e sexualidade, seja por falta de preparo, preconceito, ou pressão institucional, eles acabam reforçando essa “política de invisibilidade”. Tal comportamento alinha-se à ideia de que essas narrativas e vozes são “perigosas” ou indesejáveis, contribuindo para a marginalização de temas que desafiam a norma heteronormativa, levando à manutenção dessa invisibilidade que Paim (2024) aponta.

Alguns professores apresentaram propostas e debates sobre a inserção desta literatura no contexto educacional. Entre as sugestões, destacam-se a formação continuada de professores por meio de cursos; palestras; a produção e disseminação de materiais didáticos específicos; e a inclusão da literatura LGBTQIAPN+ como disciplina extra em currículos escolares e universitários.

Houve também divergências: alguns docentes defenderam a categorização como forma de dar visibilidade às vozes silenciadas, enquanto outros a criticaram por criar um “nicho” que poderia limitar o alcance das obras. O tema enfrenta resistências de setores conservadores, que veem suas narrativas como nocivas e influenciáveis, visão esta contestada por Isaura Cruz e Maria Dantas (2018), que destacam o potencial da literatura para gerar empatia e inclusão.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar como os docentes operam com a literatura LGBTQIAPN+ e a inclusão de escritores e escritoras homossexuais

no Ensino Médio público de Salvador e Região Metropolitana, no turno diurno. Observa-se que a inclusão dessa literatura é fundamental para a formação de um ambiente escolar inclusivo. Contudo, os dados da pesquisa revelam uma alarmante baixa aplicação dessa literatura nas aulas, com 82,6% dos professores não transmitindo atividades relacionadas, o que destaca a necessidade urgente de mudanças nas práticas educacionais.

Apesar da gama de conquistas jurisprudenciais citadas, a análise dos gráficos mostra que 95,7% dos docentes reconhecem a importância da literatura LGBTQIAPN+ para a promoção da igualdade de gênero e cidadania. No entanto, apenas 78,3% estão dispostos a abordá-la em suas aulas, revelando uma discrepância de 17,4% que pode ser atribuída a barreiras institucionais, medo de retaliação e/ou preconceitos internalizados. Além disso, mais de 95% dos educadores afirmam não perceber a visibilidade dessa literatura nas suas escolas, o que pode reforçar a marginalização do tema e dificultar a sua abordagem nas práticas pedagógicas.

A identidade dos educadores, que mostra a predominância de mulheres (73,9%), e a maioria com mais de 12 anos de experiência, sugere uma resistência à inclusão de temas novos. A maior parte possui o título de especialista (69,6%), e a formação se concentra em apenas duas instituições, o que pode limitar a diversidade de abordagens e perspectivas. Além do mais, conforme o gráfico 4, 78,3% dos professores relataram não ter tido contato com a literatura LGBTQIAPN+ durante a formação superior, o que evidencia a necessidade de incorporar esse tema nas ementas curriculares como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura, e não mais como eletiva/optativa.

Outrossim, as ações sazonais do Ministério da Educação e Cidadania (MEC) ou da Secretaria de Educação da Bahia (SEC), como o Curso de Direitos Humanos e Diversidade e o programa Muito Prazer, são passos importantes na promoção da inclusão de temas de diversidade. Contudo, a falta de continuidade e a resistência à inclusão enfrentadas por essas iniciativas limitam a sua efetividade na formação docente. A dificuldade em encontrar materiais adequados e o temor de reações negativas da comunidade escolar são barreiras adicionais que comprometem a capacidade dos professores de trabalhar essas questões nas suas aulas.

No que pese os desafios encontrados durante a condução do projeto, destacam-se alguns obstáculos significativos que impactaram o cronograma e a sua

execução, e isso se dá, sobretudo, porque muitas respostas são frequentemente vagas ou insuficientes. Além disso, notamos uma hesitação inicial por parte de alguns funcionários que mostraram falta de interesse em apoiar a iniciativa. Isso forçou uma repetição constante de solicitações, o que tornou o processo demorado e resultou na necessidade de buscar instituições mais receptivas.

Em suma, consideramos ser de fundamental importância incluir a perspectiva dos discentes, de acordo com os estudos de ampla crítica dos educadores e dos seus educandos, tanto nas escolas quanto na sociedade.

As consequências dessa inércia coercitiva corroboram com a ineficiência educacional, a perpetuação da vulnerabilidade social e a invisibilidade da literatura de escritores e escritoras LGBTQIAPN+. Se reflete também nas questões discriminatórias, nos estereótipos, preconceitos e na consolidação das suas obras em relação ao cânone tradicional. Dito isto, as revisões curriculares e a promoção de formação continuada são essenciais para evitar a perpetuação de resultados violentos e discriminatórios na sociedade baiana, assegurando que todos os alunos tenham as suas identidades e experiências representadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L., e Rodrigues Soares, R. (2021). Narrativas de mulheres lésbicas sobre as vivências no cotidiano e no período escolar. *Revista Estudos Feministas*, 29(1). Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n167625>>. Acesso em: 06 de nov. 2024.

DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara, v. 20, n. 2, p. 272–288, 2018. DOI: 10.30715/doxa.v20i2.11893. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/11893>. Acesso em: 06 novembro. 2024.

Bahia foi o 4º estado com mais mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil em 2023, diz GGB. *Correio 24 horas*. 2024. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/bahia-foi-o-4-estado-com-mais-mortes-violentas-de-lgbtqia-no-brasil-em-2023-diz-ggb-0124>>. Acesso em: 02 de nov. 2024.

BAHIA. Secretaria da Educação. Plano de Ação para Orientação às Escolas e Acompanhamento da Implementação de Itinerários Formativos. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2022.

BAHIA. Secretaria da Educação. Plano de Implementação do Novo Ensino Médio. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2022.

BAHIA. Secretaria de Educação. Diretrizes curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Salvador: SEC/BA, 2018.

BAHIA. Secretaria de Educação. Políticas de inclusão e diversidade: um panorama das ações na rede estadual de ensino. Salvador: SEC/BA, 2019.

BARRETO, Lara Costa; SANTOS, João Diógenes. Com quantas cores se faz uma docência? Desvelando a homofobia no espaço escolar. Revista Binacional Brasil-Argentina Vit. da Conquista, Santa Fe, Santa Fe, Argentina. Vol. 10. N. 1. junho/2021. p. 455-00. junho/2021

BORGES, Lorena. Comitê de ética em pesquisa: letras e linguística. Tutoia: Diálogos, 2022. E- book. (49 p.).

BRASIL. Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasília, DF: Senado Federal, 2013.

BRASIL. Conselho nacional de combate à discriminação. Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, 2017.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em: 02 de nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13663.htm>. Acesso em 02 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio Disponível em: <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14945-31-julho-2024-796017-publicacaooriginal-172512-pl.html>> Acesso em 02 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: <

REVISTA VERITATI

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7716-5-janeiro-1989-356354-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 02 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.882, de 03 de dezembro de 1999. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7716-5-janeiro-1989-356354-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 02 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Capacitação para comitês de ética em pesquisa – CEPs. Brasília, 2006. 2 v.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
CÂNDIDO, Antônio. O direito à literatura e outros ensaios. Coimbra: Angelus Novus Editora.

CARVALHO, C. Brasil registrou 256 mortes violentas de LGBTQ+ em 2022, mostra Grupo Gay da Bahia. O Globo. 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/brasil-registrou-256-mortes-violentas-de-lgbt-em-2022-mostra-grupo-gay-da-bahia.ghtml>>. Acesso em 02 de nov. 2024.

COUTO, Gabriel Donato Ramos; COUTINHO, Diogenes José Gusmão. Da marginalização à inclusão: reflexões sobre a literatura contemporânea LGBTQIA+ na educação. Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 9, n. 11, nov.2023, p. 3155.

CRUZ, Vanessa Rita. Ensino de Literatura Infantil e Juvenil e diversidade sexual: perspectivas e desafios para a formação de leitores na contemporaneidade. Dissertação (Mestrado em Letras: Ensino de Língua e Literatura) Universidade Federal do Tocantins Araguaína, 2014.

DALCASTAGNE, Regina. Literatura Brasileira Contemporânea: Um Território Contestado. São Paulo: Editora Horizonte, 2012.

INE. Educação de Jovens e Adultos. Legislação, políticas e diretrizes para a EJA. Brasília, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: A pedagogia crítico social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985. 149p.

MARTINS, Fernando Henrique. BARREIRO, Alex. Bases e fundamentos legais para a discussão de gênero e sexualidade em sala de aula. Leitura: Teoria e Prática. v. 34 n. 68, 2016.

OLIVEIRA, Rubenil da Silva. Representações das identidades homoafetivas na prosa contemporânea brasileira. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/14056>>. Acesso em: 03 nov. 2024.

REVISTA VERITATI

PAIM, Mariana Souza. Terror sexual: gênero e sexualidade nas narrativas de Cassandra Rios (1950-1980). Tese (Doutorado em literatura e cultura). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B. SZWAKO, J. (org.). Diferença, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecch, 2009.

RESENDE, Beatriz. A literatura brasileira na era da multiplicidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Saúde. Manual sobre ética em pesquisa com seres humanos. 2. ed. rev. São Paulo: Secretaria Municipal de Saúde, 2010.

SILVA, Cláudia da. Homofobia no ambiente escolar: enfrentamentos e perspectivas pedagógicas. Revista Brasileira de Educação, v. 25, n. 80, 2020, p. 1-22.

UNESCO. Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências. Paris: UNESCO, 2019. Publicado em conjunto com UNAIDS, UNFPA, UNICEF, ONU Mulheres e Organização Mundial da Saúde (OMS).

ISSN 1676-3459

REVISTA VERITATI